



UMA ANÁLISE BASEADA EM FATOS E EVIDÊNCIAS: intempéries nas práticas de cidadania por jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Valéria Pinto Freire ¹

RESUMO

Este artigo traz à tona reflexões iniciais oriundas de uma pesquisa de doutorado que explora de que maneira as juventudes em situações de vulnerabilidade socioeconômica se relacionam, respondem e se beneficiam das oportunidades de acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e à conectividade na sociedade digital globalizada, assim como das práticas de cidadania que emergem dessa realidade. O estudo analisa como essas interações influenciam práticas de cidadania e o acesso à informação de qualidade, considerando as desigualdades sociodigitais no Brasil. Com enfoque descritivo e explicativo, fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e documental, o estudo examina marcadores sociais como raça, gênero, classe e territorialidade, explorando como essas dimensões se entrelaçam e moldam experiências distintas de acesso, uso e impacto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na vida cotidiana das juventudes em situação de vulnerabilidade. Além disso, revela como esses fatores potencializam a exclusão e limitam direitos e oportunidades. Os resultados corroboram que as estruturas sociais, econômicas e políticas não apenas sustentam, mas também intensificam as dinâmicas de exclusão e vulnerabilidades coletivas, perpetuando desigualdades estruturais e limitando o acesso equânime a direitos e oportunidades.

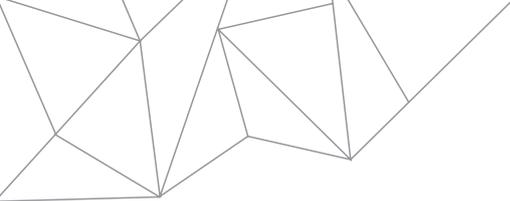
Palavras-chave: Juventudes vulneráveis; Inclusão sociodigital; Cidadania; Marcadores sociais.

AN ANALYSIS BASED ON FACTS AND EVIDENCE: adversities in citizenship practices by young people in socio-economic vulnerability

ABSTRACT

This article presents initial reflections from a doctoral research that explores how youngsters in socio-economic vulnerability interact, respond, and benefit from opportunities to access Information and Communication Technologies (ICT) and connectivity in the globalized digital

¹ Pós-doutoranda (UNIT/SE), Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Complutense de Madrid (UCM), Mestrado em Educação (UNIT/SE). Email: vpfreire@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2575-2933>.



society, as well as the citizenship practices that emerge from this reality. The study analyzes how these interactions influence citizenship practices and the accessibility to good quality information, considering the socio-digital inequalities in Brazil. With a descriptive and explanatory approach, based on a bibliographic and documentary review, the study examines social markers such as race, gender, class, and territory, exploring how these dimensions intertwine and shape distinct experiences of access, use, and impact of Information and Communication Technologies (ICT) in the daily lives of young people in situations of vulnerability. Furthermore, it reveals how these factors contribute to exclusion and limit rights and opportunities. The results corroborate that social, economic, and political structures not only sustain but also intensify dynamics of exclusion and collective vulnerabilities, perpetuating structural inequalities and limiting equitable access to rights and opportunities.

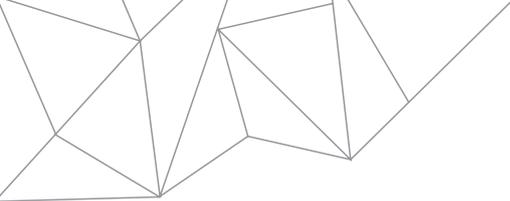
Keywords: Vulnerable youth; Socio-digital inclusion; Citizenship; Social markers.

UN ANÁLISIS BASADO EN HECHOS Y EVIDENCIA: *disrupciones en las prácticas ciudadanas de jóvenes en situación de vulnerabilidad socioeconómica*

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones iniciales emergidas de una investigación doctoral que explora cómo las juventudes en situaciones de vulnerabilidad socioeconómica se relacionan, responden y se benefician de las oportunidades de acceso a las Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación (TDIC) y a la conectividad en la sociedad digital globalizada, así como de las prácticas de ciudadanía que emergen de esta realidad. El estudio analiza cómo estas interacciones influyen en las prácticas de ciudadanía y el acceso a información de calidad, considerando las desigualdades sociodigitales en Brasil. Con un enfoque descriptivo y explicativo, fundamentado en una revisión bibliográfica y documental, el estudio examina marcadores sociales como raza, género, clase y territorialidad, explorando cómo estas dimensiones se entrelazan y moldean experiencias distintas de acceso, uso e impacto de las TDIC en la vida cotidiana de las juventudes en situación de vulnerabilidad. Además, revela cómo estos factores potencian la exclusión y limitan derechos y oportunidades. Los resultados corroboran que las estructuras sociales, económicas y políticas no solo sostienen pero también intensifican las dinámicas de exclusión y vulnerabilidades colectivas, perpetuando desigualdades estructurales y limitando el acceso equitativo a derechos y oportunidades.

Palabras Clave: juventudes vulnerables, inclusión sociodigital, ciudadanía, marcadores sociales.



1 INTRODUÇÃO

As juventudes viventes, sobreviventes, afetadas por uma sociedade caracterizada por históricas e inefáveis desigualdades sociais, retroalimentada dia-a-dia por preconceitos e discriminações geradoras de exclusão, têm o desafio constante de ressignificar suas existências e experiências e transmudá-las, tornando-se sujeitos capazes de ‘compreender-‘ser’, ‘formar-‘ser’ cidadão e ‘emancipar-‘ser’. Muitos são os fios que interseccionam-se produzindo uma trama complexa que tensiona entre raça, gênero, classe e território construindo limites em meio a fronteiras. “A desigualdade social supõe o acesso diferenciado à riqueza social, produzido por uma dada organização dos indivíduos no interior do sistema social” (Sorj, 2003, p. 32).

Ainda de acordo com este autor,

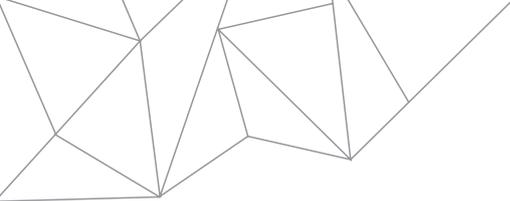
As múltiplas desigualdades, de renda pessoal e de acesso aos bens coletivos de consumo, devem ser tratadas sob uma perspectiva sistêmica. Elas não podem ser simplesmente reduzidas a um único fator, e seu combate exige uma ação que atue simultaneamente nas diversas dimensões (Sorj, 2003, p. 33).

Nesta perspectiva, Sorj (2003) enfatiza que as desigualdades não são fenômenos isolados, mas sim parte de um sistema interligado e que no desafio de analisar a exclusão digital deve-se se distanciar de visões simplificadas, que são de fácil formulação e têm grande apelo na mídia, mas que, na verdade, desconsideram a riqueza a diversidade e a complexidade das relações sociais. A desigualdade de renda, por exemplo, pode influenciar o acesso à educação e à saúde, perpetuando assim outras formas de desigualdade.

É sabido por grande parte dos segmentos científicos e especificamente pela ciência da educação e das ciências sociais, que as construções das práticas de cidadania pelas juventudes em situação de vulnerabilidade socioeconômica se dão de modo não linear, apresentam diversos caminhos e destinos, culminando em múltiplos finais, na maioria das vezes o da falta de êxito.

Estas práticas quando comparadas ao exercício de cidadania realizado por jovens em condições de privilégio socioeconômico revelam um contraste distópico. A exclusão sociodigital se acentua evidenciando o acesso desigual à informação, às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), à conectividade assim como à educação de qualidade.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua (2023) a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola é de 91,9%, este percentual aumenta para 94,3% quando se refere aos jovens dessa faixa etária que já concluíram o ensino médio e não acessaram o ensino superior. A cada dez jovens de



15 a 17 anos dos domicílios mais ricos, nove estavam no ensino médio - a distorção idade/série é de 3,7% - em se tratando de lares mais pobres, apenas sete a cada dez frequentam a escola na etapa adequada.

Assim, isso significa que três encontram-se em defasagem escolar - distorção idade/série - ou estão fora da escola por abandono ou evasão, o acesso ao Ensino Médio é realidade apenas para 70,5% dos jovens dos domicílios mais pobres. As diferenças regionais também são expressivas, enquanto nas regiões Sul e Sudeste 87% jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, nas regiões Norte e Nordeste essa proporção é de apenas 49,1%.

As disparidades regionais observadas na PNAD Contínua (2023), em relação a distorção idade-série, é como se fosse apenas a ponta do iceberg, uma parte ínfima de um problema muito maior. Ao emergirmos mais fundo nos dados mais recentes do Censo Escolar 2022² do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, descobre-se que as escolas públicas em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, os índices de distorção idade-série podem ultrapassar 28,6%, esse índice indica desafios estruturais no Ensino Médio.

A distorção idade-série tende a ser mais acentuada em populações indígenas, quilombolas e em comunidades rurais. Fatores como evasão escolar, reprovação e dificuldades de acesso à educação de qualidade, contribuem significativamente para esses índices. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para a garantia do acesso e a permanência de todos os jovens na escola, com vistas à superação das desigualdades regionais e sociais.

Mediante o exposto, ao analisarmos o acesso, permanência e avanço nos níveis de escolarização das juventudes vulnerabilizadas - constata-se, portanto, que o analfabetismo, no Brasil, precede a inclusão digital – e em um esforço de compreensão, torna-se evidente a importância de adotar uma perspectiva interseccional. Essa abordagem leva em conta como os marcadores sociais de diferença - como raça, classe, gênero e territorialidade, dentre outros - interagem e reproduzem e perpetuam desigualdades específicas. Essas desigualdades impactam diretamente não apenas as experiências educacionais desses jovens, afetam também suas trajetórias de vida, expectativas de futuro e oportunidades de inserção social.

Essas disparidades se manifestam de diversas maneiras, como na dificuldade de acesso a instituições de ensino de qualidade, na evasão escolar resultante de condições socioeconômicas desfavoráveis, na discriminação, tanto estrutural quanto interpessoal, que permeia o ambiente escolar, e na falta de políticas públicas que reconheçam as particularidades dessas juventudes.

² Censo Escolar 2022 foi divulgado em 2023, com dados coletados em 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf.



Portanto, entender essa intrincada rede de opressões é essencial para desenvolver estratégias de inclusão digital – nem sempre possíveis devido ao número elevado de analfabetos/analfabetos funcionais, fator principal da exclusão social - que promovam uma educação genuinamente inclusiva e que ajudem a mitigar as desigualdades sociais.

Salienta-se ainda que, a disparidade no acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e à conectividade intensifica as exclusões – aqui tida como violação de direitos humanos, direitos civis, políticos, individuais e coletivos - visto que o acesso integral à informação e à utilização desses dispositivos/conectividade tornou-se indispensável atualmente para a educação e demais setores da vida pública e privada das pessoas.

Jovens de comunidades periféricas e marginalizadas, assim como áreas rurais e ribeirinhas, frequentemente se deparam com obstáculos relacionados à infraestrutura tecnológica, como a escassez de dispositivos, conexões de internet instáveis e a falta de habilidades adequadas para a uso e manuseio das tecnologias no processo educativo.

A exclusão digital possui forte correlação com outras formas de desigualdade social e, em geral, as taxas mais altas desta exclusão encontram-se nos setores de mais baixa renda. A desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massa, não se expressa somente no acesso ao bem material – rádio, telefone, televisão, Internet –, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual ou profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação (Sorj, 2003 p. 54).

A exclusão digital a qual nos referimos é mais uma entre tantas outras exclusões que a precedem, e que inviabiliza os direitos fundamentais da pessoa humana, subalternizando-as. Sorj (2003), argumenta que para combater as desigualdades de modo efetivo, é necessário adotar uma perspectiva sistêmica, considerando as múltiplas dimensões do problema e suas intersecções. Soluções pontuais, que se concentram em um único fator de desigualdade, são insuficientes para promover mudanças duradouras. É necessário um conjunto de ações coordenadas que atuem em diferentes frentes.

No Brasil, a exclusão digital apresenta particularidades distintas quando comparada a outras nações. Por aqui, ela se entrelaça profundamente com as desigualdades socioeconômicas e culturais, fator que pode ser constatado através do *World Inequality Report 2022*³, relatório acerca das desigualdades globais publicado pelo *World Inequality Lab* e coordenado por Chancel, Piketty, Saez e Zucman. Conforme demonstra o *World Inequality Lab*, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, com maior desigualdade social e de renda do mundo, apesar de possuir uma das taxas tributárias mais altas.

³ O World Inequality Report 2022 foi desenvolvido por Lucas Chancel, Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. O estudo utiliza dois indicadores principais para medir a desigualdade: renda e riqueza



Entre os dados apresentados, os que mais chamam a atenção são: a) Os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total; b) Os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos; c) A metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza do país; d) O 1% mais rico possui quase a metade da fortuna patrimonial brasileira⁴. Neste sentido, a implementação de políticas públicas que visem mitigar as desigualdades enfrenta muitos desafios que vão do racismo estrutural, da complexidade das relações sociais e a resistência de grupos privilegiados, assim como a falta de recursos direcionados.

De notar também que as desigualdades na distribuição de renda estão relacionadas a diversos fatores adicionais, assim como é importante reconhecer que as desigualdades na distribuição de renda estão implicadas em uma série de fatores estruturais e sistêmicos. Além disso, existem questões que se somam à estratificação social – que dificultam a mobilidade ascendente, perpetuam as desigualdades e afetam o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação – a exemplo das disparidades de gênero, classe, raça e território.

Levando em conta tais considerações, constata-se que, a exclusão digital não apenas restringe o acesso à educação, saúde e moradia, mas também compromete a possibilidade das práticas cidadãs, possibilidades de acessar direitos fundamentais, participar de espaços públicos virtuais e se preparar para o mundo do trabalho. Portanto, garantir a acessibilidade às tecnologias e promover políticas de conectividade universal são passos fundamentais para a democratização do direito à educação e à informação.

Sob essa ótica, uma abordagem interseccional que leve em conta o efeito das TDIC pode contribuir significativamente para a concepção de estratégias que não apenas enfrentam as desigualdades vigentes, como também promovam a inclusão digital e a justiça social, convertendo a educação, a informação e a comunicação em um instrumento/fundamento de emancipação e cidadania ativa para as juventudes vulnerabilizadas socioeconomicamente.

2 MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA COMO INDICADORES DE DISTINÇÃO E BARREIRAS À INCLUSÃO SOCIODIGITAL DAS JUVENTUDES

É prudente e legítimo reconhecer o complexo cenário humano e social, que todos nós estamos experimentando. De modo muito peculiar, as juventudes atuais marcadas pela incerteza e contradições, enfrentam desafios cotidianos que vão desde a cultura do consumo, que promete a felicidade através da aquisição de bens materiais até a escassez de

⁴ World Inequality Lab 2022 (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris (2021). Disponível em: https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2022/04/19/world-inequality-report-2022-de-lucas-chancel-thomas-piketty-emmanuel-saez-e-gabriel-zucman-coord/?utm_source=rss&print=print.



recursos básicos e as desigualdades socioeconômicas, perpetuando um ciclo de exclusão e precarização.

O desafio a que nos colocamos neste recorte é trazer à luz os aspectos bioantropopsicosocio cultural, assim como metadados, que funcionem como pontos de referência para mensurarmos essa vulnerabilidade através de indicadores, e informações outras que nos possibilite compreender os eventos e fatores. Por conseguinte, possamos vir a formular evidências de que as desigualdades sociodigitais marcante entre as juventudes não envolvem apenas atores e elementos do universo informacional e educacional.

Fazem parte deste complexo diversificados sistemas de conhecimento que possibilitam e potencializam a busca por uma saída viabilizadora de equidade, que seja abrangente e sustentável ao longo da vida. A abordagem bioantropopsicosocio cultural busca explorar a essência do ser humano de maneira holística, levando em conta a interação intrincada entre múltiplos fatores que impactam a pessoa. Para tanto, destacam-se a interdependência entre diferentes aspectos, a saber:

Do corpo físico, referindo-se aos processos biológicos como genética, fisiologia e neurobiologia, passamos pela dimensão antropológica que considera nossa natureza enquanto espécie, além dos aspectos psicológicos e sociais que nos definem. Na esfera psíquica, englobamos os processos mentais, as emoções, a cognição e o comportamento, já no âmbito social analisamos os fatores sociais, culturais, econômicos e relacionais que moldam a existência do indivíduo (Morin, 2005).

Por fim, a abordagem cultural acrescenta um elemento essencial, o reconhecimento de que a cultura molda de maneira profunda nossas percepções, valores, comportamentos e interações sociais. As normas, crenças e tradições de um grupo influenciam a maneira como interpretamos o mundo, como nos conectamos com os outros e como fazemos escolhas. Essa influência se revela em múltiplos aspectos da vida, desde a forma como nos vestimos e nos alimentamos até nossas visões de tempo, espaço e identidade.

Dessa forma, é possível que possamos delinear evidências de que as disparidades sociodigitais notáveis entre os jovens – como dito anteriormente - não se restringem apenas a atores e componentes do cenário informacional e educativo. Integram esse intrincado panorama diversos sistemas de saberes que viabilizam e impulsionam a busca por uma solução que promova equidade abrangente, sustentável e que perdure ao longo da vida.

As considerações acima tecidas nos direcionam na busca por uma análise interdisciplinar sobre os marcadores sociais de diferença – raça, gênero, classe e território - como funcionam simultaneamente como indicadores de distinção e como barreiras estruturais à inclusão sociocultural e digital, essa abordagem amplia o escopo da discussão, conectando o tema à interseccionalidade e à transformação digital.



Com um olhar voltado para as juventudes, esta reflexão investiga as nuances de exclusão e marginalização que surgem na confluência entre desigualdades sociais e inovações tecnológicas, revelando como esses obstáculos impactam o acesso às TDIC e à participação plena em um cotidiano cada vez mais conectado.

Identificar e reconhecer os contextos de vulnerabilidade que permeiam as juventudes em cenários de desigualdade é fundamental para enfrentar as barreiras que impedem seu pleno desenvolvimento. Esses jovens lidam com desafios estruturais e desproporcionais, como o acesso limitado a uma educação de qualidade, informações vitais e oportunidades no mercado de trabalho.

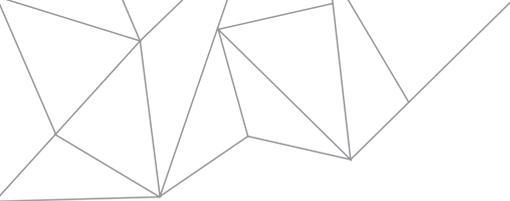
Essas restrições não apenas comprometem o exercício de seus direitos, mas também reduzem drasticamente sua presença e influência na esfera pública. A vulnerabilidade socioeconômica, nesse cenário, manifesta-se como uma condição complexa e interseccional, marcada por desigualdades acumuladas que impactam diversos aspectos de suas trajetórias de vida.

São muitos os sentidos e significados associados ao conceito de vulnerabilidade, de natureza múltipla, varia significativamente dependendo da perspectiva e do campo do saber. Carrega consigo a ideia de riscos, fragilidade, precariedade ou dano, seja no âmbito individual, social ou programático, sendo a pobreza e a exclusão seus principais determinantes. Em regra, o conceito é entendido como a sujeição a sistemas de opressão e desigualdade, expressa em formas como a pobreza, racismo e sexismo.

A noção de vulnerabilidade pode ser vista como uma situação que coloca pessoas ou coletivos em uma posição de risco e desvantagem, frequentemente em razão de sua inserção em estruturas de desigualdade. Amplamente explorada por autores como Judith Butler e Robert Castel, além de profundamente ligada à interseccionalidade (Crenshaw, 1989), nesta perspectiva, tais vulnerabilidades muitas vezes se cruzam e se amplificam mutuamente. A exemplo de uma mulher negra em condição de pobreza, esta enfrenta desafios que entrelaçam sexismo, racismo e escassez econômica.

Ao discutir o conceito de precariedade, Butler (2004), aponta que a vulnerabilidade está diretamente ligada às condições sociais que tornam certos indivíduos mais expostos à violência, à exploração e à marginalização. A autora argumenta que a vulnerabilidade não é somente um estado, mas também uma performance, destaca como a vulnerabilidade é frequentemente utilizada como um mecanismo de controle social, especialmente em relação a grupos subalternizados.

Concentrado em sua teoria, Castel (1998) explora a vulnerabilidade como um reflexo da desfiliação social — à ruptura dos laços sociais que asseguram proteção e segurança — destacando que as desigualdades estruturais geram cenários de exclusão e privação que impactam certos grupos de forma desigual evidenciando que as desigualdades



estruturais criam contextos de exclusão e privação que afetam determinados grupos de maneira desproporcional. Castel (1998), argumenta que as transformações do mundo do trabalho e as políticas neoliberais têm contribuído para o aumento da precariedade e da vulnerabilidade, ao enfraquecer os direitos sociais e os sistemas de proteção.

2.1 Vulnerabilidade no Brasil: tem cor, gênero, território de origem e classe

A vulnerabilidade socioeconômica no Brasil – como dito anteriormente - é marcada pela interseccionalidade de diversos marcadores sociais, como raça, gênero, classe e território de origem. Essa interseccionalidade intensifica as desigualdades históricas e estruturais, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social, intensificando as fragilidades das populações subalternizadas.

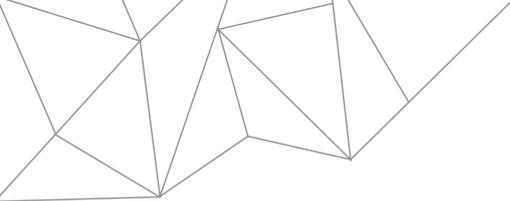
A análise interseccional nos permite compreender que as identidades individuais e as experiências e sobreposições de discriminação e opressão existentes na sociedade não podem ser analisadas isoladamente. “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

De acordo com Crenshaw (2001), as mulheres negras, muitas vezes, passam por uma dupla discriminação, já que, os impactos combinados de práticas que as discriminam tanto por raça quanto por gênero. E, em certos momentos, elas enfrentam discriminação especificamente como mulheres negras — não apenas a soma das discriminações por raça e gênero, mas a experiência de ser mulher negra. Nesta perspectiva, “precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional” (Crenshaw, 2001, p. 15).

Meninas e mulheres têm sido penalizadas com a intersecção de racismo e machismo, o que as coloca em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, com menor acesso à educação, maior exclusão digital assim como maior exposição à violência. Dados de novo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2023) aponta que 90% (corresponde a 65 milhões) das adolescentes e mulheres jovens de países de baixa renda não usam internet e não têm acesso aos dispositivos tecnológicos, esses dados vulneram os princípios de igualdade de gênero.

Em declaração em que permite afirmar a necessidade de ações propositivas para meninas e mulheres a partir do reconhecimento do papel crítico das TDIC e conectividade para alcançar a igualdade de gênero, Jenkins⁵ (UNICEF, 2023) propõe, “Eliminar o abismo digital entre meninos e meninas é mais do que apenas ter acesso à internet e tecnologia. É sobre empoderar as mulheres, para que se tornem inovadoras, criadoras e líderes”

⁵ Robert Jenkins, diretor de Educação do UNICEF. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/04/27/internet-e-redes-sociais/mulheres-e-meninas-sao-as-mais-atingidas-pelo-abismo-digital/>



O acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e à conectividade para enfrentamento da desinformação e disparidade nas oportunidades de desenvolvimento, tem se constituído um grande desafio, e não só, para as políticas públicas em âmbito globalizado. No Brasil, as políticas públicas, embora tenham o objetivo de reduzir as desigualdades, nem sempre são suficientemente efetivas e mesmo comprometidas em alcançar os grupos mais vulneráveis. A falta de acesso à educação/informação de qualidade, de acesso às TDIC e à conectividade, a precariedade do trabalho e a violência urbana são apenas alguns dos desafios enfrentados por essas populações, que veem suas oportunidades de ascensão social limitadas.

A desigualdade evidenciada no acesso às TDIC e à conectividade, que atinge meninas e mulheres pelo mundo, é fator a ser discutido em busca de soluções equânimes, uma vez que a brecha de gênero tende a favorecer os homens. O hiato digital de gênero existente, correlaciona-se com diversos fatores produzindo categorias de desvantagens para as mulheres.

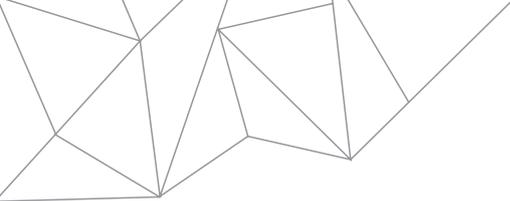
Para além da questão de gênero, pesam sobre essas mulheres as características étnico-racial, situação socioeconômica e localização da moradia em áreas rurais, contribuindo para que tenham menor probabilidade de possuir dispositivos digitais e acesso à internet. Somando a isto, o baixo nível educacional aponta para taxas mais elevadas de exclusão do acesso a informações e bens e serviços básicos necessários que são disponibilizados na rede, comprometendo, assim, seu bem-estar.

Embora seja negado sistematicamente, o racismo é elemento estruturante das estratégias individuais e coletivas que resultam em diferentes formas de assujeitamento e resistência. Ao abordarmos acerca das desigualdades étnico-racial no contexto da inclusão sociodigital brasileira, observamos que a educação tem sido instrumento da manutenção de um subcidadão, incapaz de mobilizar-se socialmente contra o sistema contumaz que organiza o Estado.

De acordo com o IBGE (2022, p.1)⁶, “as desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta, parda e indígena”, ao longo do tempo e em diferentes regiões. Essa análise revela como fatores históricos e estruturais perpetuam a marginalização e a exclusão dessas comunidades.

O Brasil estruturou seus ciclos econômicos, na escravidão, um sistema de produção – trabalho forçado – que se estendeu por mais de trezentos anos. Embora tenham ocorrido mudanças oficiais (1500-1888), as marcas desse passado ainda influenciam a sociedade brasileira, revelando-se na disparidade de acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, moradia, trabalho, segurança etc. A plena concretização desses direitos, assegurados pela Constituição Federal, permanece como um objetivo a ser alcançado.

⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>



O capitalismo monta toda uma arquitetura teórica para justificar cientificamente o que antes era justificado através de razões bíblicas, morais ou de competições locais. Com isto, o racismo como hoje é conhecido racionaliza-se, isto é, deixa de considerar essas diferenças raciais como simples opiniões teológicas ou empíricas, para afirmar que cientificamente as raças não brancas e o negro em particular encontram-se oprimidos e discriminados por incapacidade biológica de acompanharem o processo civilizatório, aqui confundido e identificado com expansão capitalista (Moura, 1991, p. 214).

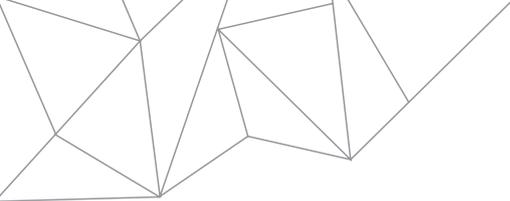
Neste sentido, o autor apresenta uma análise crítica e contundente sobre a relação entre o capitalismo e a construção teórica do racismo. O autor argumenta que o capitalismo em busca de legitimação e expansão, desenvolveu um aparato teórico que busca justificar as desigualdades raciais sob uma perspectiva científica. Este argumento por sua vez consolidou a desigualdade racial como um fenômeno naturalizado e imutável.

Assim, a ciência foi utilizada para racionalizar o racismo, tornando-o lógico e inquestionável, além de privilegiar certas classes sociais, também marginaliza e rotula alguns corpos, que são desumanizados de maneira sistemática e cultural na sociedade brasileira. Ao analisar a relação entre capitalismo e racismo, Moura (1991) nos faz questionar as bases ideológicas que sustentam as desigualdades raciais e a buscar alternativas para construir um futuro para esta e as próximas gerações.

As juventudes pretas e pardas estão situadas no topo dos desfavorecidos, dos marginalizados, dos desvalidos, e a essa população que se situa em meio a crises: existencial, formativa, produtiva e ecológica, é necessário a existência de políticas públicas e programas, e não só que venham a compensar situações causadas pelas desigualdades, mas o favorecimento de equidade de oportunidades. Há no Brasil um total de 9 mil 328 analfabetos na faixa etária de 15 anos de idade ou mais, 4 mil 585 são mulheres, 6 mil 828, 73,1% do total de analfabetos, são pretos ou pardos. O número médio de anos de estudos de pessoas não brancas é de 10,1 anos.

As considerações de escolarização acima descritas fazem parte de um arcabouço interseccional muito maior e mais aprofundado do que se possa vislumbrar. Entre jovens de 15 a 29 anos, 10,9 milhões não estudam e nem trabalham, 43,3% são mulheres pretas ou pardas e 24,3% são homens pretos ou pardos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁷(2023), 67,78% da população encarcerada é preta ou parda. Em relação a saúde, a população negra no Brasil detém os piores indicadores de saúde, o país tem se deparado com barreiras a uma condição de vida digna e ao desenvolvimento físico, social e mental de sua população.

⁷ Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9e-e-85b82245dcf2/content>.



São muitos e intensos os determinantes socioeconômicos que interferem e afetam a saúde desta população que detém os piores indicadores de saúde, conquanto a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido a saúde como um direito universal, integral e equânime (Ministério da Saúde, 2023, p. 8). Embora esses dados sejam alarmantes, na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2023), se autodeclararam pretas ou pardas 56,7% do total da população Brasileira.

A partir dessas considerações, é evidente que a equidade não é alcançada quando a representatividade nos espaços de poder é quase inexistente. Embora 56,7% da população se identifique como preta ou parda (IBGE, 2023), apenas 4% dos parlamentares são negros, e, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023), apenas 33,7% dos cargos de direção são ocupados por pessoas negras. No Brasil os negros e pardos são 75% entre os mais pobres enquanto os brancos são 70% entre os mais ricos.

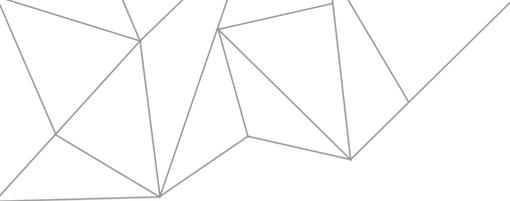
O perfil distributivo de renda de todas as fontes mostra que, em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita da população branca (R\$ 1.866,00) era quase o dobro do verificado para população negra (R\$ 965,00) e parda (R\$ 945,00), tendência que se mantém até esta data com pouca variação, mesmo com a implementação de programas de transferência de renda. Além disso, as estatísticas de violência no Brasil revelam uma realidade alarmante: a cada 23 minutos, um jovem negro entre 15 e 25 anos é assassinado (Atlas da Violência, 2023)⁸.

Entre as muitas dimensões da interseccionalidade, a questão do território e a construção das territorialidades emerge como uma das mais relevantes para compreender a exclusão sociodigital no Brasil. Essa exclusão afeta diretamente comunidades rurais, quilombolas e indígenas, em que o acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e à conectividade está, notadamente, relacionado ao contexto territorial. Para exemplificar essa questão, voltamos nosso olhar para as realidades das comunidades quilombolas. Tais comunidades, reconhecidas por sua herança afrodescendente e sua luta ao longo da história, encontram-se predominantemente em áreas de difícil acesso.

Ademais, elas são caracterizadas por modos de vida singulares, que priorizam a conservação de tradições culturais e econômicas fundamentadas na subsistência familiar, como a agricultura, a pesca, a caça, a criação de animais e o artesanato em casas de farinha. Conforme destaca Santos (1998), o território não se resume a uma mera demarcação física, mas é uma construção simbólica que expressa relações sociais, culturais e políticas. No contexto das comunidades quilombolas, o território se configura também como um espaço de resistência e de preservação da identidade.

Comunidades caracterizadas geograficamente por territórios de difícil acesso, a maior parte desses territórios carece de infraestrutura básica, o que agrava as dificuldades

⁸ Disponível para consulta em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>



de acesso às TDIC e a conectividade. Essa realidade alimenta um ciclo de exclusão, uma vez que o Brasil ainda enfrenta a ausência de políticas públicas enérgicas para promover a inclusão digital das populações quilombolas. Embora a educação desempenhe um papel fundamental na emancipação tanto individual quanto coletiva – abrindo portas para o autoconhecimento, oportunidades profissionais e práticas cidadãs (Freire, 1987) – os projetos educacionais que atendem às particularidades das comunidades quilombolas continuam a ser escassos, especialmente no que tange à inclusão digital.

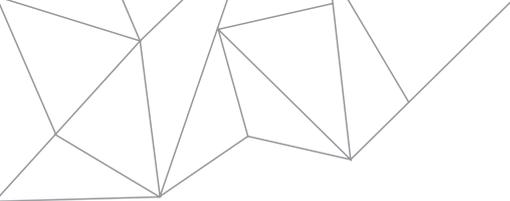
Conforme ressalta Santos (1998), a desigualdade territorial está implicada profundamente com a exclusão social, uma vez que os espaços mais marginalizados costumam ser relegados ao esquecimento nas agendas públicas. Dessa forma, as comunidades quilombolas se encontram em uma situação de dupla exclusão: fisicamente, pela sua localização isolada; e simbolicamente, pelas ausências de políticas que atendam suas demandas específicas. Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento de iniciativas que articulem a preservação territorial e cultural com a inserção dessas comunidades no mundo digital. Esse processo não pode ser tratado apenas como uma ampliação do acesso às TDIC, mas como um caminho para garantir o direito à conectividade como elemento estruturante de cidadania e inclusão social.

Diante disso, se nota que os modos como as TDIC refletem e reproduzem desigualdades nos leva a acreditar que a inclusão digital está diretamente relacionada à exclusão socioeconômica, o que dificulta consideravelmente o enfrentamento à desinformação gerada pela carência. Nesta perspectiva, o que se tem observado é que a amplitude da problemática não está restrita à posse do dispositivo tecnológico ou acesso à rede, assiste-se ao cerceamento dos direitos fundamentais à informação e a comunicação em decorrência da exclusão digital.

3 JUVENTUDES VULNERÁVEIS, UM PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL À MARGEM DA CIDADANIA

Projetos e programas de inclusão digital buscam superar as barreiras que dificultam o acesso, usos e manuseios dos dispositivos tecnológicos. Essas iniciativas quando não são advindas de políticas públicas, são agenciadas por organizações do Terceiro Setor ofertando oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, garantindo que mais pessoas possam usufruir das vantagens da tecnologia, promovendo a equidade digital.

No entanto, é fundamental que essas iniciativas sejam pensadas de forma integrada, considerando as especificidades de cada contexto e os desafios que esses jovens enfrentam, tendo em vista a garantia do acesso à TDIC, à conectividade, à informação e ao desenvolvimento de habilidades digitais. Desta forma, é possível ampliar as oportunidades



desses jovens participarem ativamente da sociedade digital, exercerem seus direitos de cidadãos e construïrem seus projetos de vida.

Temos historicamente o desafio de enfrentamento ao espólio de injustiça social que, sob a égide do capitalismo e da democracia liberal, exclui sobretudo a população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. Dessa forma, isso se manifesta de forma particularmente aguda nos processos e nas políticas públicas de inclusão digital, mesmo em meio a uma sociedade que se autodenomina digital.

Com a desconcertante disparidade na concentração de renda e oportunidades, cria-se uma linha divisória entre os “incluídos” e os “excluídos digitais”, as TDIC, nesta perspectiva, operam frequentemente como um reflexo dessas assimetrias, (Castells, 1999). Enquanto mediadoras das relações sociais as TDIC de acordo com o argumento de Santos (2000) “não é neutra”, no contexto brasileiro, de acordo com este autor, as TDIC⁹ refletem e reproduzem as hierarquias socioeconômicas.

Enquanto nas áreas urbanas centrais as tecnologias avançadas impulsionam o crescimento econômico e cultural, nas periferias e zonas rurais, a falta de infraestrutura digital consolida a marginalização. Essa exclusão digital é, na verdade, uma extensão da exclusão social, perpetuando desigualdades de acesso à educação, saúde, trabalho e participação política e, portanto, distanciando o sujeito do exercício da cidadania.

A desigualdade no cenário socioeconômico, tanto brasileiro quanto internacional, vai além do simples fator renda, pois este não é o único aspecto que define o padrão de vida de um indivíduo. A desigualdade, entendida como um elemento que provoca vulnerabilidade, se manifesta de forma estruturante e multidimensional em diversas áreas da vida.

Esses fatores se configuram como barreiras, originadas por condições de vida desfavoráveis, que dificultam a capacidade dos indivíduos de exercerem seu papel como cidadãos plenos e portadores de direitos. Ademais, muitas vezes, se deparam com a desafiadora realidade de não conseguirem promover e garantir mudanças significativas para si, para suas famílias e para a comunidade na qual estão inseridos.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano¹⁰, elaborado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014), quando as instituições sociais e legais, as estruturas de poder, os espaços políticos ou as tradições e as normas socioculturais não servem de forma equitativa, os membros da sociedade, criando em relação a algumas pessoas e grupos obstáculos estruturais ao exercício dos seus direitos e escolhas, são geradas vulnerabilidades estruturais.

Considera-se, portanto, que a exclusão digital “não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas,

⁹ O que chamo TDIC, Santos (2000) chama técnica.

¹⁰ Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/relatorios/2015_relatorios/relatorios-especificos/r14-RDH-de-2014-do-pnud.pdf



mais justas e dinâmicas, de produção e da distribuição da riqueza simbólica e material” (Schwartz, 2000, p. 2). A exclusão digital não é um fenômeno aleatório, mas sim resultado de condições sociais desfavoráveis - como dito anteriormente - não podemos nos furtar ao reconhecimento da marginalização digital e de como compromete as oportunidades de vida e de trabalho.

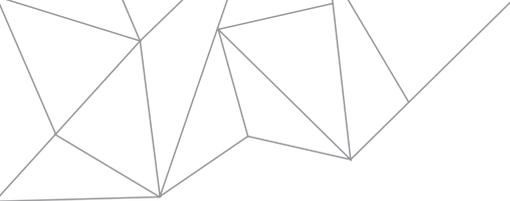
A relação com as TDIC, a informação, o conhecimento e os saberes estabelecidos pelo jovem em instância de vulnerabilidade econômica é sempre fragilizada pela ausência do vínculo social e da precariedade da escolarização. Pautada pelo completo desconhecimento desta realidade de construção de vida por parte da sociedade, dos gestores, educadores e mesmo de algumas tantas instituições que atuam ou desenvolvem ações pontuais com estes grupos.

Neste cenário, duas dimensões dançam juntas, entrelaçando-se e formando um mosaico de cores e dores que envolvem as juventudes em seu “vir a ser” e no “ser”, a concretude do contexto socioeconômico que molda e define suas experiências de vida. A realidade que circunda as TDIC reflete e reproduz desigualdades que perpetuam e fortalecem a dinâmica de discriminação e opressão.

Diversos fatores convergem para intensificar uma relação tensa entre esses três elementos conceituais: a necessidade humana, a extrema desigualdade, as características históricas da formação familiar, a negligência, a desnutrição, a violência, entre outros. Esses aspectos se configuram como barreiras, surgidas das precárias condições de existência, tornando-se obstáculos para que possam reivindicar seu espaço como sujeitos e cidadãos dotados de direitos. Como já afirmava Lévy (2007), “toda nova tecnologia cria seus excluídos”.

Para as juventudes brasileiras, proveniente das classes D e E, as características econômicas, sociais e culturais inerentes ao seu ambiente não lhes são geradoras de sucesso, para muitos o máximo que avançam, quando avançam, é a conclusão do ensino médio, porque logo precisam abandonar a escola para dedicar-se à sobrevivência, em geral um trabalho assalariado, precarizado que, na maioria das vezes, não chega a dois salários-mínimos. Exceção o que ingressa no ensino superior e o concluiu, situação definida entre eles como sucesso escolar, já que 10% acreditam que não vão conseguir ingressar na faculdade.

Alguém disse certa vez que, ‘quando se nasce pobre, ser estudioso é o maior ato de rebeldia contra o sistema’, o autor é desconhecido, mas o pensamento é conhecido, é sensível, e representa um processo contínuo de enfrentamento e de resistência, já que o homem se constitui no tempo, pela ação das circunstâncias, pelo encontro com o outro. As juventudes subalternizadas sofrem de déficit de cidadania, a ausência de acessibilidade e a apropriação das TDIC, da conectividade e das linguagens digitais impedem que efetivem o direito à emancipação como condição de cidadania.



4 EM TEMPO DE REFLEXÕES

Não há lugar no mundo, onde um jovem em situação de vulnerabilidade socioeconômica possa se refugiar do destino que a lógica seletiva e contraditória do sistema capitalista lhe impõe. Em meio à reconfiguração dos métodos de produção, à flexibilidade da força de trabalho e à intensa competitividade demandada pelo mercado, que exige qualificação, o enfrentamento à crescente seletividade torna-se um desafio. As condições de equidade para garantir uma oportunidade no mercado de trabalho comprometem drasticamente as esperanças de um sujeito que, com uma formação precária, viveu toda a sua vida imersa no aumento da desigualdade social e na deterioração de seu ambiente.

São jovens que enfrentam uma realidade sombria, repleta de desilusão em relação às suas circunstâncias e com baixa expectativa diante das próprias condições em que vivem, acreditam que não têm controle e não exercem poder sobre os desejos, sonhos e acontecimentos que os cercam. Além de internalizarem a ideia de que faltam habilidades em resolver problemas, ultrapassar os obstáculos e alcançar objetivos a longo prazo. Nesse contexto, é importante chamar atenção para a falta de atenção tanto do Estado quanto da sociedade civil, que teima em igualá-los a jovens beneficiados pela meritocracia.

Trata-se de uma significativa parcela da população, que hoje corresponde a pouco mais de 48,5 milhões de jovens - 24,5 milhões de homens e 24 milhões de mulheres - a quase $\frac{1}{4}$ da população do país, 212,6 milhões de habitantes. Essas juventudes são marcadas por diferentes realidades e enfrentam desigualdades relacionadas a diversos aspectos. Apesar de representarem um contingente numeroso e com grande potencial, enfrentam diversos desafios no exercício da cidadania como garantia de direitos.

Esses obstáculos descritos aqui como marcadores de diferença – raça, gênero, classe e território – reconhecidos sob a ótica da interseccionalidade, marcam a exclusão em relação às TDIC e à conectividade. Eles restringem a participação ativa dos indivíduos na sociedade, suas oportunidades de progresso social e têm um impacto significativo no dia a dia, tornando difícil o acesso a uma educação de qualidade, que é fundamental para a superação das diversas camadas de vulnerabilidade às quais estão expostos.

Sob a égide das diferenças individuais e sociais, o acesso às TDIC e à conectividade é fortemente condicionado por marcadores como raça, gênero, classe e território. Esses fatores operam simultaneamente e não apenas influenciam o grau de inclusão digital, mas também reproduzem desigualdades estruturais preexistentes, intensificando a exclusão de determinados grupos. Assim, compreender essas interseções é fundamental para discutir como as TDIC e a conectividade podem tanto reproduzir desigualdades quanto serem mobilizadas como ferramentas de resistência e inclusão.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>. Acesso em: 19 out. 2024.

ATLAS da Violência 2024. **Portal Atlas da Violência**, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 10 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Precários Life**. Nova York: Verso, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede - era da Informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, [S./], v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford law review**, [S./], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, [S./], v.10, n. 1, 171-188, 2002.

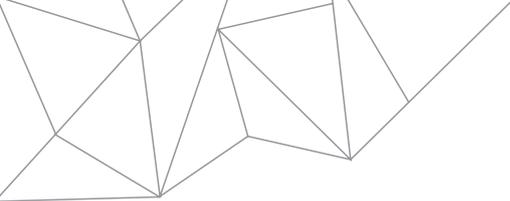
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMEZ, Vitoria Lopes; MARTINS, Carolina. Mulheres e meninas são as mais atingidas pelo abismo digital. **Portal Olhar Digital**, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/04/27/internet-e-redes-sociais/mulheres-e-meninas-sao-as-mais-atingidas-pelo-abismo-digital/>. Acesso em: 10 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. ENEM: divulgados resultados do Enem 2024. **Portal INEP**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br> Acesso em 19 dezembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar 2022**. Brasília, DF: INEP; Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.



LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MORIN, Edgar. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MOURA, C. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: 1991.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD Contínua. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios continua mensal. **Portal PNAD**, 10 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHWARTZ, G. Exclusão digital entra na agenda econômica mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2000.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

TAVARES, Inês. "World Inequality Report 2022" de Lucas Chancel, Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. **Portal Observatorio de Desigualdade**, 2022.

Recebido: 21 de dezembro de 2024.

Aprovado: 27 de dezembro de 2024.